

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

Os intelectuais e a política no Brasil  
os «isebianos» e o projeto nacional-desenvolvimentista

Maria Emilia Prado

**Maria Emília Prado**, doutora em Ciências (História Social) pela Universidade de São Paulo, pós-doutoramento em Ciência Política (IUPERJ/Rio de Janeiro) e História (UFRGS), Professora Titular de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do GRPESQ/CNPq/UERJ «Intelectuais e Poder no Mundo Ibero-Americano». E-mail: [emiprado@gmail.com](mailto:emiprado@gmail.com)

O lugar dos intelectuais na política e nas questões públicas é tema que há décadas vem despertando debates. Qual o papel dos intelectuais no mundo moderno? Dito de outra forma, os intelectuais teriam o dever de se deslocar de seus castelos para atuarem na vida pública? Seus escritos e reflexões precisam ser destinados a um público ampliado ou ao contrário deviam ser lidos e discutidos apenas pelos especialistas? O intelectual deve falar a um público ampliado? Ele deve penetrar no terreno da política, pondo-se a serviço da engenharia política? Ou deve ele diante da Política e do Estado, manter-se distante do poder? A respeito dessa permanente tensão, lembremos o dilema expresso por Max Weber a respeito da «ética da convicção» e da «ética da responsabilidade». Haveria necessidade de escolha por parte dos intelectuais ou existiria um caminho capaz de permitir equilibrar as duas éticas e os dois apelos<sup>1</sup>?

Muito já se escreveu a respeito da dificuldade em se conciliar o trabalho nos domínios das idéias e/ou da cultura com aquele desempenhado na esfera do político, propriamente dito. Constituem os intelectuais um grupo à parte? De Julien Benda a Bobbio e Habermas, passando por Croce, Ortega y Gasset, Gramsci, Mannheim e Sartre, que esta temática vem suscitando debates.

Entre a defesa da «torre de marfim» como lugar reservado ao intelectual ou o seu engajamento nas tarefas da operação política propriamente dita debatem-se, há décadas, os próprios intelectuais quando dedicados à definição do seu lugar no mundo. Para Habermas os intelectuais atuam e interagem no espaço público, alimentam-se desse espaço e de forma mais constante ou menos efetiva colaboram para a configuração do espaço público, já que são partes constitutivas da «esfera pública literária»<sup>2</sup>. Os intelectuais através de sua atividade constroem a esfera pública literária e desempenham importantes tarefas enquanto formadores de opinião e dessa forma atuam enquanto agentes de destaque na esfera pública. A interpretação de Norberto Bobbio a respeito dos intelectuais caminha também nesta direção. Para ele, os intelectuais cumprem um papel decisivo enquanto formadores de opinião, mas atuam também como formuladores de políticas públicas<sup>3</sup>. Russel Jacoby<sup>4</sup>, mais recentemente, enfatiza que no mundo moderno o trabalho intelectual encontrava-se, até o decênio de 1960, intimamente associado à esfera pública, enquanto intelectuais públicos. A partir de então, começou um processo de inflexão levando a um recuo dos intelectuais para dentro do campus *universitários*, seguido da ampliação da profissionalização com o conseqüente abandono do compromisso com os temas pertinentes à esfera pública.

Para além desse dilema, a intelectualidade brasileira e porque não dizer ibero-americana se defronta com um outro. Qual o seu papel social? O do exercício da crítica? O de intervenção direta no debate público? O de condutor do debate? No dizer de Antonio Pita,

o intelectual fala em nome da história ou, o que neste caso é o mesmo, é a história que fala no discurso do intelectual: este discurso, todavia, não tem por referência circunstâncias,

---

<sup>1</sup> Para a trajetória dessa discussão ver BASTOS, Elide Ruga; REGO, Walquíria Leão (org.) – *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*.

<sup>2</sup> HABERMAS, Jürgen – *L' Espace Public*.

<sup>3</sup> Cf. BOBBIO, Norberto – *Os intelectuais e o poder*.

<sup>4</sup> JACOBY, Russel – *Os últimos intelectuais*.

problemas ou acontecimentos que ocorrem na história, mas circunstâncias, problemas e acontecimentos reveladores da história <sup>5</sup>.

A imensa maioria dos intelectuais ibero-americanos e brasileiros, em especial, não se fecha em torres de marfim. Desde a fundação do Estado em 1822, que os intelectuais brasileiros tem pautado suas vidas não apenas como críticos adiante do seu tempo, formadores de cultura ou de opinião pública, mas também atuam como executores de políticas públicas atuando direta ou indiretamente na Política ou na administração. É possível encontrar, portanto, intelectuais atuando na política *strictu sensu*, no nível das atividades de gerenciamento do Estado ou no âmbito das diferentes instituições que compõem o Estado<sup>6</sup>. Os intelectuais latino-americanos e brasileiros, em particular, vêm conduzindo seu trabalho no terreno das idéias e da cultura de modo interligado à prática política.

No Brasil a questão nacional tem sido o objeto central das reflexões e das análises dos intelectuais brasileiros que desde a fundação do Estado em 1822. Preocupam-se nossos intelectuais em compreender os impasses para a construção da modernidade bem como as dificuldades para a definição do modo de ser da sociedade e da cultura brasileiras. Neste sentido, é possível encontrar os que defendiam que o Brasil devia se esforçar para construir uma ordem liberal e democrática, enquanto outros buscavam ressaltar os aspectos materiais da modernidade defendendo que a busca pela modernização não deveria ocorrer entrelaçada ao estabelecimento de uma sociedade caracterizada pela implantação universal dos direitos, porque acentuavam as características particulares do Brasil acentuando a incompatibilidade dessas com o modelo liberal-democrático.

Desde a fundação do Estado em 1822, que os intelectuais brasileiros tem pautado suas vidas não apenas como críticos adiante do seu tempo, formadores de cultura ou de opinião pública, mas também atuando direta ou indiretamente na política ou na administração como executores de políticas públicas. É possível encontrar intelectuais atuando no nível das atividades de gerenciamento do Estado ou no âmbito das diferentes instituições que compõem o Estado.

Desde os primeiros momentos de construção do Estado no século XIX que já era possível encontrar uma enorme inquietação intelectual a respeito dos impasses para a definição da engenharia política do novo país. Forma de governo, sistema de governo, unidade territorial, centralização política e administrativa eram temas que estavam no cerne do debate político e intelectual. Pouco a pouco o debate intelectual atingiu outros patamares e as divergências podiam ser encontradas entre os defensores da necessidade do Brasil construir uma ordem liberal e democrática, e os que buscavam ressaltar os aspectos materiais da modernidade defendendo a busca pela modernização, mas não o fato de que esta devesse implicar na adoção pelo Brasil de modelos políticos que não estivessem em consonância com as características próprias da sociedade e da cultura política brasileiras.

No embate de idéias havia os que defendiam a necessidade de implantação de uma ordem liberal e democrática, enquanto outros ressaltavam que bastava ao Brasil adotar os

---

<sup>5</sup> Cf. PITA, Antonio Pedro – Os intelectuais e a democracia ou a democracia dos intelectuais. In PRADO, Maria Emilia (org.) – *Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: CNPq/UERJ/IHGB, 2004, p. 12.

<sup>6</sup> Esta temática foi desenvolvida por mim em *Joaquim Nabuco. A Política como Moral e como História*.

aspectos materiais – a modernização – e defendiam que esta não deveria ocorrer entrelaçada ao estabelecimento de uma sociedade onde imperavam os direitos universais, uma vez que as características particulares da sociedade brasileira eram tidas como incompatíveis com o modelo liberal<sup>7</sup>.

É possível realizar um levantamento exaustivo de autores e obras. Das formulações de José Bonifácio, ainda ao tempo do vice-reinado, passando pelos construtores do império, como Bernardo Pereira de Vasconcelos e o Visconde de Uruguai até a geração dos reformadores: Joaquim Nabuco, Távares Bastos, Rui Barbosa, Sílvio Romero, André Rebouças, Quintino Bocaiúva e outros. O fato é que o século XIX foi pródigo na elaboração de reflexões acerca dos caminhos e das trilhas por onde passava ou deveria passar a questão nacional.

A escravidão foi extinta bem como a monarquia no já tão distante decênio de 1880. Adveio a república e com ela a idéia de progresso material. Mas, permaneceu o impasse intelectual. O que era exatamente o Brasil? Como definir a sociedade, a cultura e a política brasileiras? Que rumos o Brasil deveria tomar? A nós estava reservado o destino de sermos cópia do modelo liberal democrático? E se era isto, como implantá-lo? Até onde seria possível ou desejável transmutar nossas características próprias de modo a nos tornarmos aptos a adotar o modelo?

Com o advento da república ganhou força a proposta da mudança que levaria ao progresso. Isto não significa que o impasse intelectual tenha arrefecido. Havia ainda intensa preocupação por entender e definir a sociedade, cultura e política brasileiras. Que rumos o Brasil deveria tomar? Mudar para onde e como? Adotar que modelo histórico? Olhar para a França, Inglaterra ou para os Estados Unidos? Que fatores impediam a mudança? Até onde seria possível ou desejável transmutar nossas características próprias de modo a nos tornarmos aptos a adotar o modelo liberal-democrático? E o progresso pedia mesmo uma sociedade liberal? Para que o Brasil se tornasse um país industrial era preciso haver democracia? A indústria era sinal de progresso? Ou seria necessário apenas introduzir mudanças na economia agrária? Enfim, o que era mesmo o progresso?

A defesa da especificidade nacional encontrou sua melhor expressão nestes finais do século XIX nas obras de Eduardo Prado *A Ilusão Americana*<sup>8</sup> e do conde de Afonso Celso, *Porque me ufano de meu País*<sup>9</sup>. Em ambas encontramos o enaltecimento da riqueza cultural do Brasil. Nesse afã de descobrir as raízes de «nossos males», havia os que buscavam na sociedade que se construiu no Brasil ao longo de trezentos anos ou no Estado fundado em 1822, as raízes desses problemas. As análises se dividiam entre os que responsabilizavam as elites sociais e defendiam o povo e os que, ao contrário, creditavam ao povo, mediante utilização do conceito de raça, então em voga, a responsabilidade pelo atraso. Alguns passaram, no entanto, a creditar ao passado monárquico e a herança ibérica a causa da incapacidade das elites e do Estado brasileiro em implementarem os mecanismos capazes de tornar o Brasil um país moderno nos planos político, econômico e social. Nesse

---

<sup>7</sup> A esse respeito ver PRADO, Maria Emilia – O significado da liberdade nos propagandistas da república. Ver ainda A cidadania no pensamento político brasileiro.

<sup>8</sup> PRADO, Eduardo – *A Ilusão Americana*.

<sup>9</sup> CELSO, Afonso – *Porque me ufano de meu país*.

sentido, cabe destacar a obra de Manoel Bomfim, *América Latina. Males de origem*<sup>10</sup>. Procurou Bomfim abordar os significados da herança colonial sob o prisma da natureza cultural do colonizador. A um só tempo ele apontava o caráter extremamente predatório da colonização e buscava no processo colonial e na natureza do colonizador a explicação para as dificuldades do Brasil de se construir como um país integrado e moderno. Bomfim não se preocupava, especificamente, com a questão do progresso material, mas, sim com um tema mais abrangente como o da integração nacional.

A questão da nação inconclusa fez-se presente, também, nas reflexões de Alberto Torres, aparecendo em duas de suas obras mais significativas: *o Problema Nacional Brasileiro* e *Organização Nacional*, publicados em 1914<sup>11</sup>. Para análise dos problemas que nos afligiam, baseava-se no conhecimento da terra e de suas necessidades, adquirido ao longo de sua prática política. Alberto Torres advertia sobre o imperativo de se efetivar a integração nacional, mediante geração de trabalho e formação do cidadão para através dele tornar possível o progresso. Afirmava a existência de «um duplo dever a cumprir, para com a nossa população atual: um dever de educação e um dever de assistência econômica e social»<sup>12</sup>. Defensor do agrarismo reivindicava que o Estado deveria promover a reforma agrária bem como a educação do povo<sup>13</sup>.

Os decênios de 1920/30 foram momentos decisivos no processo de transformação da vida política e cultural do Brasil, uma vez que a sociedade brasileira passou por um processo marcado pela aceleração das atividades industriais nos principais centros urbanos do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo as cidades começavam a ganhar importância rompendo, ainda que muito lentamente, a supremacia da vida rural. No campo intelectual, este foi um momento caracterizado pelo incremento das interpretações em torno da questão da identidade nacional.

Uma vez mais, um conjunto de intelectuais voltava-se para a valorização das experiências histórica e cultural européia e norte-americana, concebendo-a como modelo a ser seguido pelo Brasil para o ingresso definitivo no mundo moderno. Mas, já então a corrente dos que defendiam a particularidade brasileira ganhava mais adeptos. Tempo rico em interpretações, os decênios de 1920 e 1930 foram o cenário onde atuaram: Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e tantos outros.

Os decênios de 1920 e 1930 foram, portanto, ricos em interpretações acerca das razões que impediam o Brasil de se tornar um país moderno, industrializado e constituído por uma população integrada. Como tornar esse país plural e diversificado culturalmente um país integrado e capaz de construir uma economia de mercado e uma sociedade liberal? Como viabilizar os processos de industrialização e urbanização e como tornar essa população rural e bastante marcada por uma religiosidade mágica, que vivia atrelada aos poderes locais e sem acesso a um sistema educacional universal, uma população igual a dos países da Europa Central ou dos Estados Unidos? Como conjugar as heranças culturais ibérica, africana e indígena com o modelo cultural anglo-saxão? Como superar o passado

---

<sup>10</sup> BOMFIM, Manoel – *América Latina. Males de origem*.

<sup>11</sup> TORRES, Alberto – *O Problema Nacional Brasileiro*.

<sup>12</sup> TORRES, Alberto – *A Organização Nacional*, p. 132.

<sup>13</sup> TORRES – *A Organização Nacional*, p. 135.

colonial? Como tornar o Brasil menos dependente do capital e dos mercados externos? Como se livrar do peso do latifúndio bem como dos poderes privados que dificultavam, sobremaneira, a ação do Estado?

A palavra de ordem era mudança, pois só assim seria possível realizar a integração nacional. A sociedade tal qual existia possibilitava a desagregação e facilitava a manutenção de uma ordem onde imperavam os poderes locais. Para que o Brasil se modernizasse era imprescindível que houvesse uma atuação forte do Estado objetivando construir as bases estruturais de uma nova ordem: urbana e industrial.

No interior deste momento, destacam-se as reflexões feitas por Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil*<sup>14</sup>. Ressaltando o papel das elites indicava a necessidade de se empreender a modernização a partir da valorização dos nossos traços culturais. Diante da singularidade da organização social brasileira, não era possível, para Oliveira Vianna, conceber um modo de integração que fosse igual aquele ocorrido na Europa Ocidental e/ou Estados Unidos. O povo-massa que ao longo do século XIX participara do sistema eleitoral só o fizera na condição de agregado de um grande senhor, constituindo-se em sua força eleitoral. Para romper com essa tradição era preciso que o Estado interviesse de modo a ser o agente aglutinador desse povo-massa.

Mesmo sendo crítico com relação ao comportamento das elites, o que fez com que tivessem uma falta de compromisso para com o país, em momento algum negou a importância dessas elites como agentes sociais. O Estado seria o responsável pela integração e pela construção da nação, mas, executaria essa tarefa em acordo com as elites. Seria, portanto, um mediador dos interesses diversos dessas elites. O poder executivo seria fortalecido e dotado de instrumentos que lhe permitissem exercer o poder de decisão. O povo massa seria integrado ao corpo da nação na condição de trabalhador.

A década de 1930 foi, portanto, um momento decisivo no processo de transformação da vida política e cultural do Brasil. Nos domínios da política tinha início, então, o populismo como recurso de poder utilizado tanto por políticos adeptos do modelo democrata quanto por adeptos do autoritarismo. Vargas em seus diferentes momentos à frente da chefia do Estado, como ditador ou presidente eleito tratou de construir as bases para que fosse possível ao Brasil implantar um parque industrial. É bem verdade que essa política industrial era orientada pelo Estado que procurava, também, cuidar do controle social e sindical. Ao mesmo tempo intelectuais como Azevedo Amaral fazia a defesa do programa industrial como o único capaz de conduzir o país na estrada do desenvolvimento<sup>15</sup>. Ao final dos anos de 1940 a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) representava a hegemonia deste novo paradigma, cujo conceito chave era industrialização.

O Brasil passava por um intenso processo de modernização nos planos político e econômico<sup>16</sup>. Com o fim da segunda guerra mundial a palavra de ordem passava cada vez mais a ser mudança, então entendida como produzida pelo processo de industrialização. A idéia de progresso era substituída pela de desenvolvimento e este era sinônimo de atividade

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA VIANNA, Francisco de – *Populações Meridionais do Brasil*.

<sup>15</sup> AMARAL, Azevedo – *A Evolução Política do Brasil*.

<sup>16</sup> Sobre as políticas do período de Juscelino ver, por exemplo, MARANHÃO, Ricardo – *O Estado e a política «populista» no Brasil (1954-1964)*. Ainda BENEVIDES, Maria Vitória – *O governo Kubitschek*.

industrial. Na realidade, desde a crise de 1929 que os intelectuais não apenas no Brasil mas em toda a América Latina foram tomados pelo afã modernizador

Ao término do segundo governo Vargas (1951-1954), o Brasil já se encontrava bastante transformado. Caminhava, a passos largos, para o fim da predominância do mundo rural, pois a urbanização crescia de modo acelerado, ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo extremamente desordenado. No interior deste quadro ocorreu a campanha de JK à presidência da república. O suicídio de Vargas em agosto de 1954 tornou-se o ponto referência para as forças políticas que se encontravam envolvidas no processo eleitoral. De um lado o varguismo, que com o suicídio de Getúlio ganhou uma nova expressão. De outro a oposição representada pela UDN (União Democrática Nacional). A aliança política que permitiu a eleição de JK e a derrota do anti-getulismo fez-se, então, entre o Partido Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que recebia o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Juscelino procurou traçar os rumos de seu governo oferecendo ao país uma agenda destinada a acelerar o processo de transformação pelo qual o país vinha passando. O clima de liberdade reinante, facilitava a aceitação por parte da população do «Plano de Metas» – programa econômico e de planejamento voltado para acelerar o desenvolvimento do país. Tendo recebido de Getúlio um conjunto de instituições e agências, dentre elas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (depois transformado em BNDES), a Petrobrás e outros, de caráter setorial ou regional, tais como: o Banco do Nordeste, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinados a promover o desenvolvimento econômico a partir da orientação do Estado.

Em meio a este cenário nascia o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que se originou no conjunto de intelectuais, dentre os quais antigos assessores do governo Vargas, que decidiram se reunir com a finalidade de estudar a realidade brasileira. Essas reuniões eram realizadas na cidade fluminense de Itatiaia, o que fez com que fossem conhecidos pela denominação de «Grupo de Itatiaia». Sob a liderança de Hélio Jaguaribe, foi fundado inicialmente o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) que funcionava na rua do Ouvidor no então escritório de Jaguaribe. O IBESP oferecia diversos cursos sobre História, Sociologia e Política nacionais realizados no auditório do Ministério da Educação.

O Decreto n.º 37.608 promulgado em 14 de julho de 1955 constituiu oficialmente o ISEB e vinculou-o ao Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que estava à sua frente objetivava o estudo, ensino e divulgação das ciências sociais. Pretendia-se também, que os dados e as categorias aí formuladas servissem para análise e compreensão crítica do Brasil e pudessem contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional. A partir de 1956 o ISEB passaria a ter por sede o prédio localizado na rua das Palmeiras, 55 em Botafogo.

Os principais intelectuais ligados ao ISEB eram os filósofos R. Corbusier, Michel Debrand e Álvaro Vieira Pinto; o sociólogo Guerreira Ramos; os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima; o historiador Nelson Werneck Sodré e os cientistas políticos Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes de Almeida. Esses intelectuais se caracterizavam por seu papel como intelectuais públicos<sup>17</sup> e também por seguirem a

---

<sup>17</sup> Para o conceito de intelectual público ver Russel Jacoby.

marca da intelectualidade latino-americana e brasileira em especial, qual seja a preocupação com identificar e apontar caminhos capazes de levarem a resolução da questão nacional. Além disso, comungavam, também, daquela outra característica própria dos intelectuais latino-americanos: a proximidade com o poder e por vezes o exercício de cargos no Estado.

Logo após sua fundação o ISEB passou a organizar cursos destinados, principalmente, à formação da elite brasileira. Nesses cursos era oferecida uma visão ampla e geral da História do Brasil e do ponto de vista econômico as idéias aí apresentadas conjugavam-se com algumas propostas defendidas pela CEPAL bem como por Celso Furtado, que apesar de não integrar os quadros do ISEB era próximo do Instituto e de alguns de seus intelectuais. Os integrantes do ISEB viram no governo Juscelino o meio pelo qual seria possível que suas idéias fossem postas em prática e dessa forma a instituição funcionou como aliada do projeto desenvolvimentista implementado por Juscelino Kubitschek. Em suas declarações públicas, Juscelino prestigiou o ISEB, definindo-o como um centro de cultura, estudos e pesquisa. Diferenciava-os dos demais órgãos universitários ao realçar a vocação do ISEB para o estudo dos problemas brasileiros. Ressalte-se, no entanto, o fato de JK não ter transformado os intelectuais do ISEB em seus assessores na orientação nem na implementação do Plano de Metas para o desenvolvimento. Para isto ele criou o Conselho de Desenvolvimento, que tinha esta missão.

Em março de 1957 a direção do ISEB organizou, na cidade de São Paulo, um ciclo de conferências sob o patrocínio do Centro e da Federação das Indústrias. O ISEB estendia a São Paulo seu raio de ação. A instituição ganhava mais prestígio, mas começou a incomodar diversos segmentos políticos nacionais. E, na medida em que não havia consenso entre os intelectuais que integravam o ISEB a crise também ocorreu internamente. A publicação do livro de Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*<sup>18</sup>, onde defendia a tese de que os investimentos estrangeiros estavam se dirigindo para a indústria foi o estopim para a crise interna, que resultou na saída de Jaguaribe do ISEB. Isto ocorreu na medida em que a instituição defendia que o capital estrangeiro aliado ao setor agrário-mercantil era o principal obstáculo à industrialização brasileira.

O ISEB chegou ao ano de 1960, reformulado em seus quadros. Não apenas Hélio Jaguaribe saiu, mas logo a seguir também saíram Guerreiro Ramos, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabral. O Conselho Consultivo foi extinto e o Conselho Curador passou a ter apenas poderes administrativos. No final de 1950 o ISEB viu-se na situação de estar privado da verba orçamentária estatal. Ao iniciar o ano de 1961 o ISEB não dispunha de verba para suas atividades e dessa forma o curso regular teve que ser suspenso sendo mantidos, apenas, os seminários, as conferências e os cursos extraordinários. Não havia mais o governo Juscelino e Jânio Quadros não tinha interesse no ISEB. Em 1964 a instituição foi fechada pelo governo ditatorial. O prédio foi invadido e as instalações quebradas e sua biblioteca destruída. Abriu-se então um IPM (inquérito policial militar) de enormes proporções. O ISEB foi considerado braço de Moscou, uma vez que oferecia cursos, conferências e seminários assistidos por estudantes, professores, advogados, jornalistas etc..

Figura central no ISEB, Hélio Jaguaribe de Mattos nasceu no Rio de Janeiro, em 1923. Ingressou no curso de Direito na PUC do Rio de Janeiro, onde por influência do

---

<sup>18</sup> JAGUARIBE – *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*.

prof. Antonio Gallotti catedrático de Teoria do Estado, passou a se interessar pela Ciência Política e tomou contato com aquele que viria a ser um autor basilar na sua formação: Ortega y Gasset e através de Ortega tomou conhecimento do pensamento alemão dos finais do século XIX até 1930.

A concepção nacionalista de Jaguaribe presente desde a publicação em 1958, de *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, caracteriza-se por inserir o nacional no universal. Dito de outra forma, a preocupação com o destino do país (nacional) não está dissociada de um compromisso com o universal. Nesse sentido, seus estudos a respeito do desenvolvimento político do Brasil ocorrem, em maior ou menor escala, a partir de uma perspectiva de política comparada. Tomando por base a experiência histórica de outros países, procura descobrir o que poderia ser útil ao Brasil que era até 1950 uma sociedade agrária baseada na lavoura tropical onde as elites buscavam minimizar os custos da produção, em especial no tocante à mão de obra. Com isto, maximizava os lucros da lavoura, cujo preço do produto independia dos produtores, já que era fixado no exterior.

*Desenvolvimento* consistia, portanto, na melhor forma de utilização dos meios disponíveis numa determinada cultura e no interior de um tempo histórico, para atender as necessidades desta sociedade em correspondência com os recursos humanos e materiais de que dispõe. *Subdesenvolvimento* ocorria quando não se aplicavam os meios disponíveis para atender as necessidades de uma determinada sociedade. Para Jaguaribe a escassez de recursos naturais ou populacionais não justificava a vigência do subdesenvolvimento que estava relacionado a uma carência de racionalidade pública. No caso das sociedades ocidentais, o *subdesenvolvimento* seria produto de uma disfunção na relação elite-massa. No caso do Brasil, assim como de muitas outras sociedades especialmente as latino-americanas, as elites não buscaram orientar seus interesses numa direção otimizante para o conjunto da sociedade. Além disso, elas tinham um custo de sustentação extremamente alto para a sociedade, e dessa forma elas contribuíam para privar a sociedade das condições para inversões reprodutivas o que resulta no estancamento social.

No caso específico do Brasil que era até 1950 uma sociedade agrária baseada na lavoura tropical, as elites buscaram minimizar os custos da produção, em especial no tocante à mão de obra que escrava ao longo do século XIX e livre após 1888, mas mantida em níveis bastante estritos de subsistência e deseducada. Constituíam-se assim, numa mão de obra extremamente barata e pouco cônica de seus direitos. Com isto, maximizava os lucros da lavoura, cujo preço do produto independia dos produtores, já que era fixado no exterior.

Assim, o *conceito de desenvolvimento* sustentado por Jaguaribe desde seus primeiros escritos à época do funcionamento do ISEB buscava conjugar a constituição de um processo de industrialização, capaz de diminuir o peso da economia agrária acompanhado por um processo educacional. É preciso destacar a presença de educadores eminentes ligados ao ISEB e em especial cabe destacar o nome de Paulo Freire.

Procurava Jaguaribe indicar a necessidade do Estado adotar uma política econômica e social capaz de conduzir o processo de desenvolvimento de modo a encaminhar o impasse entre uma estrutura social que esgotara seus limites de racionalidade e as aspirações sociais de melhores condições de vida. A burguesia urbana que deveria dirigir esse processo havia perdido essa possibilidade tendo se transformado, na concepção de Jaguaribe, em mera em simples classe dominante. Nessas circunstâncias, haveria a necessidade da intermediação feita através de uma ideologia capaz de substituir o papel que a burguesia não tinha condi-

ções de cumprir. A essa ideologia competia o papel de responder pelo coletivo da sociedade no Brasil da década de 1950.

Jaguaribe acreditava, e nessa questão seu pensamento não se diferenciava daquele expresso por outros isebianos, que o projeto nacional desenvolvimentista só poderia ser realizado através de uma mobilização nacional de grandes proporções tendo por sustentáculo a aliança de classes – única forma de se deter o predomínio dos grandes latifundiários e dos exportadores de matéria-prima. A posição que adotavam os isebianos e Jaguaribe em particular, não implicava em se posicionarem contrariamente aos exportadores, mas, sim indicava a necessidade de se empreender esforços para implantar uma política de substituição de importações. Gerar uma «classe média» com mentalidade industrial, além de um operariado industrial que se colocasse em condições de deter e mesmo reduzir o peso do latifúndio-mercantilista. Para que esta proposta fosse viável, acreditava-se ser imprescindível uma ampla mobilização nacional.

Para Jaguaribe, a burguesia urbana que deveria dirigir o processo de modernização havia perdido essa possibilidade tendo se transformado em mera e simples classe dominante. Nessas circunstâncias, haveria a necessidade da intermediação feita através de uma ideologia capaz de substituir o papel que a burguesia não tinha condições de cumprir. A essa ideologia competia o papel de responder pelo coletivo da sociedade no Brasil.

O ISEB desempenhou papel fundamental no cenário político e intelectual brasileiro no período de 1955 até 1964 (momento em que foi fechado pelo governo ditatorial implantado em 31 de março). Através de cursos, debates e publicações o conjunto de intelectuais isebianos elaborou diagnósticos, análises e interpretações da realidade política, econômica, social e cultural brasileira que serviram para o embasamento de políticas públicas. Ao mesmo tempo esses textos construíram um capítulo fundamental da história das idéias no Brasil.

Do ponto de vista intelectual, o ISEB não conseguiu se impor diante dos grupos mais representativos das ciências sociais ligados a USP e a antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ. Sociólogos e cientistas políticos desses dois centros universitários viam os intelectuais do ISEB como carentes dos instrumentos teóricos e metodológicos necessários para o exame científico da sociedade brasileira. Essa mesma desconfiança pode ser encontrada em alguns segmentos da imprensa e das associações empresariais, esses últimos associavam o ISEB com a esquerda e mais especificamente o PCB.

A historiografia produzida sobre o ISEB e os intelectuais direta ou indiretamente vinculados a esta instituição produziu, salvo exceções, uma verdadeira fratura cognitiva. O ponto de inflexão pode ser encontrado na tese de doutoramento defendida por Caio Navarro de Toledo publicada em 1975 com o título de *ISEB: fábrica de ideologias*<sup>19</sup>. Esta obra provocou enorme polêmica e suscitou resposta por parte de alguns intelectuais oriundos do ISEB como Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. A crítica feita por Toledo ao ISEB centrava-se na desqualificação do pensamento isebiano em virtude da impossibilidade dos isebianos em distinguir ideologia e ciência bem como pelo caráter autoritário presente nesta produção intelectual. Na realidade, há que se considerar que a perspectiva teórico-metodológica adotada por Toledo estava distante da opção dos isebianos. Dessa forma, as interpretações sobre a produção intelectual do ISEB resultaram na construção de um

---

<sup>19</sup> TOLEDO, Caio Navarro de – *ISEB, fábrica de ideologias*.

arsenal de acusações que desqualificou a produção intelectual dos isebianos contribuindo para o seu esquecimento no cenário da História das Idéias no Brasil. Há que se ressaltar, porém, que por esta mesma época foi defendida a tese de doutoramento de Alzira Alves de Abreu<sup>20</sup> (1975) sobre o ISEB. Mas, o texto de Alzira não foi, infelizmente, transformado em livro nem tampouco traduzido. Dessa forma, sua análise que diferia bastante da de Toledo e de alguns outros textos produzidos neste período, não serviu como contraponto para o tom adotado quando se tratou de analisar a produção dos intelectuais isebianos.

Inaugurava-se, a partir de então, um novo cânone de interpretação da História bem como do pensamento social brasileiro e mais que isto este novo cânone servia para todas as áreas das ciências humanas<sup>21</sup>. O modelo nacional historicista estava sendo substituído, ainda que os temas pertinentes à realidade social brasileira que tinham sido objeto das análises dos isebianos ainda se fizessem presentes. Ou seja, na realidade histórica do Brasil dos decênios de 1970 e 1980 os temas da questão nacional incompleta ou não resolvida estavam postos, mas, os instrumentos de análise agora utilizados calcavam-se em outro paradigma cognitivo e a partir dele se invalidava os textos dos intelectuais isebianos. A exposição deste outro paradigma tendo sido feita de modo áspero provocou uma reação também bastante violenta por parte dos intelectuais isebianos. Dessa forma, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, redigiram artigos respondendo às acusações que lhes foram feitas<sup>22</sup>.

Maria Sylvania de Carvalho Franco em «O tempo das Ilusões» aprofundou algumas das teses de Toledo bem como a análise que fez sobre o ISEB quando prefaciou o livro de Toledo. Para esta autora os intelectuais ligados ao ISEB estariam presos a uma concepção instrumental do papel do cientista e teriam visto nele o responsável pela elaboração de uma «ideologia» destinada a ser utilizada como «motor do processo de transformação» das condições objetivas da sociedade<sup>23</sup>. Maria Sylvania foi mais longe em suas críticas ao papel dos intelectuais isebianos, pois para ela faltava a esses intelectuais a precisão teórica e isto aliada a uma distorção do idealismo teriam a finalidade de ratificar o conservadorismo e o autoritarismo do ISEB. Os intelectuais teriam, então, elaborado uma ideologia de classe.

Dentre os textos que criticaram as análises propostas por Toledo cabe considerar o de Bolívar Lamounier<sup>24</sup>. O autor procurou destacar o fato do ISEB ter denunciado os chamados setores «antinacionais» ou «parasitários» (como definiram os isebianos), caso da burguesia agrário-mercantil, indicando que esses setores se encontravam mais bem organizados e representados nas instâncias do poder – caso do Congresso Nacional – e em certos setores do aparelho estatal. Procurou Lamounier enfatizar o fato de que foi no interior desse cenário históricos que os isebianos propuseram a aliança de classe entre os setores «progressistas» (burguesia industrial, trabalhadores urbanos) e deles com o poder executivo. Lamounier tenta, entrar, demonstrar que as análises e as propostas dos intelectuais do ISEB estavam mais próximas das condições objetivas que impossibilitavam a ampliação do sistema de representação política<sup>25</sup>. A ideologia isebiana, segundo

<sup>20</sup> ABREU, Alzira Alves de – *Nationalisme et action politique au Brésil*.

<sup>21</sup> Esta temática foi tratada por CÔRTEZ, Norma – *Esperança e Democracia*, p. 23-45.

<sup>22</sup> JAGUARIBE; SODRÉ – *Cadernos de Opinião*.

<sup>23</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho – *O Tempo das Ilusões*.

<sup>24</sup> LAMOUNIER, Bolívar – *O ISEB: notas à margem de um debate*, p. 153-158.

<sup>25</sup> LAMOUNIER – *O ISEB*, p. 157.

Lamounier, objetivava construir um amplo quadro de alianças destinadas a criar as bases para uma «arregimentação de forças». Com base nesta visão Lamounier não aceita as interpretações de Toledo e de Maria Sylvia a respeito do caráter autoritário das propostas isebianas. Lamounier destaca, ainda, a importância de se estudar a produção do ISEB a partir de duas dimensões: a elaboração de «ideologias» e a análise econômica. Destaca, ainda, o fato de haver entre essas duas dimensões uma complementaridade, uma vez que a análise econômica sustentava, do ponto de vista concreto, as «ideologias». Por fim, chama atenção para o fato de que essas análises econômicas tinham uma concepção própria a respeito do papel do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento, bem como dos meios necessários ao melhor aproveitamento da capacidade ociosa existente na economia brasileira e da necessidade de proceder reformas para que o desenvolvimentismo pudesse, de fato, levar a incorporação dos excluídos.

Luís Carlos Bresser Pereira<sup>26</sup> é autor de vários artigos sobre o ISEB. Na medida em que considera que deve o início de sua formação ao aprendizado recebido quando o ISEB forneceu alguns de seus cursos em São Paulo. Os textos de Bresser-Pereira procuram retomar algumas das discussões. No tocante à celeuma intelectual em torno do ISEB, o autor procura apenas apresentá-la sem entrar no mérito da discussão.

O ponto de vista aqui adotado concebe que os isebianos devem ser vistos como «intelectuais públicos» formadores de opinião e comprometidos com uma produção destinada à esfera pública e voltada, portanto, para o estabelecimento de políticas públicas. O golpe de 1964 interrompeu não apenas o ciclo do desenvolvimentismo nacionalista elaborado a partir do decênio de 1940, como também impossibilitou a expressão plural da vida intelectual. A partir de então, a sobrevivência da reflexão intelectual ficara cerceada, mas o tema da mudança, de colocar o Brasil na trilha do desenvolvimento permaneceu. Apenas a roupagem adotada foi outra.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de – *Nationalisme et action politique au Brésil: Une étude sur l'ISEB*. Paris: Université René-Descartes, 1975. Thèse pour le Doctorat de 3.<sup>ème</sup> Cycle.
- AMARAL, Azevedo – *A Evolução Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935.
- BASTOS, Elide Rugai; REGO, Walquíria Leão (org.) – *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BENEVIDES, Maria Vitória – *O governo Kubitschek: desenvolvimentismo econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BOBBIO, Norberto – *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BOMFIM, Manuel – *América Latina. Males de origem*. 4.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

---

<sup>26</sup> BRESSER PEREIRA, Luis Carlos – O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido.

- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos – O Conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido [Em linha]. Texto para discussão, 137, FGV. Disponível em [www: <URL: http://www.breserpereira.com.br>](http://www.breserpereira.com.br).
- CELSON, Afonso – *Porque me ufano de meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Livradores Editores, 1908.
- CÔRTEZ, Norma – *Esperança e Democracia. As idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.
- FRANCO, M. S. de C – O Tempo das Ilusões. In CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho – *Ideologia e Mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HABERMAS, Jürgen – *L'Espace Public. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978. Trad.
- JACOBY, Russel – *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp, 1990. Trad.
- JAGUARIBE, Hélio; SODRÉ, Nelson Werneck – *Cadernos de Opinião. Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- JAGUARIBE, Hélio – *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- LAMOUNIER, Bolívar – O ISEB: notas à margem de um debate. *Discursos*. São Paulo. N.º 9 (1979) p. 153-158.
- MARANHÃO, Ricardo – O Estado e a política «populista» no Brasil (1954-1964). In FAUSTO, Boris (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1974.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco de – *Populações Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. 2 V.
- PRADO, Eduardo – *A Ilusão Americana*. Rio de Janeiro: 1893
- PRADO, Eduardo – *Joaquim Nabuco. A Política como Moral e como História*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- PRADO, Eduardo – O significado da liberdade nos propagandistas da república. *Revista do IHGB*. N.º 401 (2002) p. 79-94.
- PRADO, Eduardo – A cidadania no pensamento político brasileiro. *Revista Internacional de Estudos Políticos*. Rio de Janeiro: 1999. V.1, p. 345-360.
- TOLEDO, Caio Navarro de – *ISEB, fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- TORRES, Alberto – *O Problema Nacional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.
- TORRES, Alberto – *A Organização Nacional*. 3.ª ed. São Paulo: Ed. Nacional. 1978.